

Governo condiciona crescimento a controle de gastos

Para diretor do Banco Central, continuidade da queda dos juros está ligada aos avanços do setor público na área fiscal em 1997

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O crescimento da economia em 1997 está ligado ao controle fiscal das contas da União, estados e municípios. "O abrandamento da política monetária está condicionado a avanços na área fiscal, que é a chave do problema do crescimento", disse Francisco Lopes, diretor de Política Monetária do Banco Central (BC). Lopes disse que, caso seja resolvido o impasse do déficit fiscal, a economia poderá crescer em torno de 4% em 1997. Ele não vê, também, problemas no front externo.

Na mesma proporção em que o governo conseguir diminuir seu déficit fiscal, o BC poderá reduzir ainda mais as taxas de juro e os mecanismos de controle de crédito ao tomador final. Isso ajudará no crescimento da economia sem riscos de uma interrupção no fluxo do capital estrangeiro, que hoje vem financiando o déficit na conta de transações correntes do balanço de pagamentos.

"Precisamos melhorar o superávit primário em todos os níveis. Estou bastante otimista na área do governo federal. A grande preocupação é nos estados, mas temos conseguido uma melhora significativa. Esse é o



Francisco Lopes

grande desafio", afirmou Lopes. Segundo ele, as dificuldades dos estados não decorrem do aumento no desembolso de juros, mas sim nas despesas correntes.

Algumas unidades federativas vêm tomado recursos nos bancos para pagar despesas com pessoal relativas a 1995 que estão em atraso. Os estados precisam melhorar o superávit primário a fim de não anular o esforço da União em obter um resultado primário positivo de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1997.

"Enquanto mantivermos o déficit nas transações correntes na

faixa de 3% do PIB, não há com o que se preocupar", disse Lopes. A partir de uma estimativa de um PIB de US\$ 800 bilhões para 1997, isso significaria um déficit de transações correntes da ordem de US\$ 24 bilhões. Na pior das hipóteses, o Brasil poderia perder reservas. "Temos nível confortável. Isso não preocupa. Se tivermos uma política monetária e fiscal evoluindo corretamente, não temos problemas de financiamento", analisa.

O Brasil possui hoje US\$ 58,7 bilhões de reservas internacionais no conceito de liquidez internacional, o que permite financiar as importações por um período de catorze meses. As reservas internacionais do Brasil no final de 1991 eram de US\$ 9,4 bilhões e permitiam financiar cinco meses de importação. A exposição da economia do Brasil ao mercado externo era bem menor do que é hoje.

A política monetária está programada a dar seqüência a sua trajetória de queda real dos juros. Isso não significa que não possa sofrer alterações. Os juros podem cair mais ou menos dependendo da conjuntura e do fluxo de entrada de capital. Para Lopes, o comportamento da economia no primeiro trimestre de

1997 depende muito do que vai acontecer com as vendas de Natal. Depende da aposta que o setor industrial esteja fazendo.

Em relação às restrições provocadas pelo setor externo, o diretor do BC prevê que o déficit comercial em 1997 será menor do que o atual. Caso seja maior, não haveria problemas, diz. Mesmo com os recentes resultados da balança, a ótica otimista do governo não muda. "Acredito que o déficit na balança comercial em setembro tem muito a ver com a recuperação da economia. As empresas estão importando mais para estoque de fim de ano."

O economista Paulo Yokota

acha que haverá poucos avanços no lado fiscal pela resistência das empresas em pagar mais impostos e pelas dificuldades para passar medidas no Congresso reduzindo gastos. "Não estou vendo espaços para um crescimento de 2,5% do PIB em 1997", disse Yokota. Um maior crescimento da economia sem uma contrapartida em investimentos na produção interna pode piorar o déficit da balança comercial e criar problemas no setor externo.

A estimativa feita por uma instituição financeira privada é a de que a balança deverá registrar um déficit de US\$ 4,1 bilhões em 1997 caso venha se confirmar um ganho de crescimento de

8% nas exportações, com o pacote de incentivos fiscais e de um valor idêntico nas importações. "Mesmo que o déficit da balança seja maior, não vejo maiores dificuldades. O que preocupa é o lado fiscal do plano", disse o economista.

"A capacidade de compra dos assalariados tende a cair", disse a fonte do mercado financeiro. A inadimplência no setor bancário, embora não tenha sofrido aumento, está estabilizada em torno de 22%, um nível considerado muito alto. Qualquer repique na inadimplência do crédito ao consumidor pode levar os bancos a um nova retração em suas linhas de financiamento.